Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

PONTO SEM NÓ

Série de *podcast* sobre expressões populares e a naturalização
de discursos machistas

HELOISA DA SILVA EVANGELISTA DUIM

Campo Grande
JUNHO/2025

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

PONTO SEM NÓ

Série de *podcast* sobre expressões populares e a naturalização
de discursos machistas

HELOISA DA SILVA EVANGELISTA DUIM

Relatório apresentado como requisito parcial
para aprovação na Componente Curricular
Não Disciplinar (CCND) Trabalho de
Conclusão de Curso (TCC) do Curso de
Jornalismo da Faculdade de Artes, Letras e
Comunicação (FAALC) Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Orientador(a): Prof. Dra. Daniela Ota

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br

Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: "Ponto sem Nó - Série de podcast sobre expressões populares e a naturalização de discursos machistas"

Acadêmica: Heloisa da Silva Evangelista Duim

Orientadora: Daniela Cristiane Ota

Data: 01/07/2025

Banca examinadora:

1. Katarini Giroldo Miguel
2. Rafaela Flôr

Avaliação: (X) Aprovado () Reprovado

Parecer: A banca indica a veiculação do trabalho em plataformas e na Rádio Educativa da UFMS, ressalta a qualidade dos episódios e da discussão teórica proposta, e sugere a continuidade do projeto.

Campo Grande, 1 de julho de 2025.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!

Documento assinado eletronicamente por **Daniela Cristiane Ota, Professora do Magistério Superior**, em 01/07/2025, às 15:15, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!

Documento assinado eletronicamente por **Laura Seligman, Professora do Magistério Superior**, em 01/07/2025, às 16:15, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5697350** e o código CRC **1212A605**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.015712/2025-27

SEI nº 5697350

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família, especialmente à minha mãe Juliana, que além de me incentivar a seguir os meus sonhos, nunca mediu esforços para que eu pudesse realizá-los. Obrigada por ser minha maior inspiração como mulher.

Agradeço também aos meus amigos Bianca, Evelyn e Maurício, que não só acompanharam cada um dos meus surtos durante a graduação, mas seguraram minha mão no processo. Ao Alifer, também sou grata por permanecer comigo mesmo com um pouquinho mais de distância. Vocês tornaram o caminho mais divertido.

Agradeço ao André por ter me apoiado em cada decisão, me acolhido nos momentos difíceis e celebrado minhas conquistas. De quebra, ainda foi meu motorista particular em incontáveis entrevistas ao longo desses anos.

Gostaria de agradecer às minhas fontes personagens Nélida, Romilda, Edilene, Terezinha, Victória e Maíra, que aceitaram compartilhar suas experiências de vida e tocar em feridas nem sempre fáceis de lidar. Às fontes especialistas, agradeço pela contribuição e por se permitirem, também, identificar-se com o projeto e dividir vivências próprias.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Daniela Ota, pelo direcionamento para que “Ponto sem nó” pudesse se concretizar da melhor maneira possível.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

SUMÁRIO

Resumo	5
Introdução	6
1. Atividades desenvolvidas	9
1.1 Execução	9
1.2 Dificuldades encontradas	12
1.3 Objetivos alcançados	13
2. Suportes teóricos adotados	15
2.1 Linguagem como parte da cultura	15
2.2 Expressões populares e possíveis classificações na língua portuguesa	17
2.3 Discurso como estrutura determinada	18
2.3.1 Discursos machistas: disseminação em forma de expressões	19
2.3.2 Mulher como sexo frágil e inferior	21
2.3.3 Objetificação da mulher e violência de gênero	22
2.3.4 Imposições e a determinação de lugares e ações à mulher	25
2.4 Interseccionalidade nos estudos de gênero	27
2.5 <i>Podcast</i>	29
3. Considerações finais	32
4. Referências	34
5. Apêndice	38
5.1. Roteiro de perguntas para as entrevistas	38
5.2. Roteiro dos episódios	42
5.3. Identidade visual	42

RESUMO:

O *podcast* “Ponto sem nó” constitui uma série sobre expressões populares e a naturalização de discursos machistas, desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O produto é dividido em quatro episódios classificados por temas. “Como dizia a minha avó” contextualiza a relação entre a linguagem e a cultura e o impacto que isso gera na reprodução de preconceitos; “Mais mulher que muito homem” consiste em investigar os estigmas ligados à inferioridade feminina e a famosa “fragilidade do sexo”; “Segura em nenhum aspecto” visa destacar a objetificação da mulher, também ligada à violência de gênero; e “Bela, recatada e do lar” tem por objetivo questionar a imposição antiquada de lugares e comportamentos. O *podcast* foi elaborado a partir de pesquisas bibliográficas e entrevistas com fontes especialistas e personagens. Por meio de contextualizações de especialistas em gênero e depoimentos de mulheres que já passaram - e seguem passando - pelos contextos abordados, foi possível expor os impactos do uso de expressões populares e ideias enraizadas de uma sociedade que, além de movida por preconceitos, também se mantém inconsciente dos nós que precisam ser desatados.

PALAVRAS-CHAVE: expressões populares; discursos machistas; preconceito de gênero; interseccionalidade; *podcast* jornalístico.

INTRODUÇÃO

Assim como os costumes, as crenças e os valores, a linguagem também faz parte dos elementos que formam a cultura de um povo, moldando não só sua identidade, mas as formas de interação. Assegurado principalmente pela frequência, recorrência e uso na língua falada de um povo, o uso de frases populares como gírias, expressões e provérbios refere-se também aos contextos históricos e culturais de um grupo (Urbano, 2008).

Entre as categorias de frases populares exemplificadas por Urbano (2008), os provérbios são definidos como “fraseologias¹ difundidas de geração a geração, através da linguagem oral, em tempos e lugares diversificados” (Silva, 2016, p. 155). De acordo com Silva (2016), eles também representam valores e pensamentos da comunidade, e, de certa forma, padronizam-se semanticamente. Também conhecidos como “ditos” ou “ditados”, tais expressões se caracterizam por se manterem repetidas ao longo dos anos, independente de origem ou veracidade, principalmente através da linguagem oral.

Historicamente associados à tradição, cultura e sabedoria, os ditados são conhecidos por expressar noções sobre comportamentos ou acontecimentos por meio de frases prontas advindas de senso comum. De uso cotidiano e comumente desprovidos de análises e julgamentos, de acordo com Obelkevich (1997) *apud* Amaral; Oliveira (2017), os provérbios são grandes responsáveis por exercer funções determinantes nas interações sociais.

Transmitidas de uma geração à outra, as expressões populares, que tanto perduram na boca do povo, podem manifestar, além de conhecimento, o machismo naturalizado na sociedade brasileira, perpetuando conceitos e estereótipos que inferiorizam, sexualizam e subestimam as mulheres. Amaral e Oliveira (2017) destacam a capacidade conotativa dos discursos disseminados em provérbios, que, quando dominada, pode convencer e aproximá-lo de uma “verdade absoluta”.

O discurso tem poder de criar, de materializar as ideias. E seguindo nessa perspectiva, ele também pode trazer consigo um lado negativo, pois é possível usá-lo para marginalizar e discriminar. Sendo assim, um indivíduo que domine a arte do discurso pode manipular, seduzir, torná-lo uma verdade absoluta. (Amaral; Oliveira, 2017, p. 109)

¹ Conjunto de fraseologismos, ou de unidades fraseológicas de uma língua [...]. É também o nome da disciplina que tem por objeto de estudo os fraseologismos ou as unidades fraseológicas [...]. (Monteiro-Plantin, 2017, p. 1)

Diante disso, a inspiração para o trabalho se dá, primeiramente, pela minha vivência em um contexto social machista, que além de inferiorizar, culpabiliza, objetifica, impõe limites e subestima a mulher. Além disso, toda uma vida sendo instruída a me comportar “que nem moça”, ouvindo que mulher “só pilota fogão” e ensinada a andar pelas ruas com medo de que alguém pense que “com aquela roupa, só poderia estar pedindo” para ser espancada, assediada, estuprada ou assassinada como tantas outras, me fez querer apresentar os preceitos mascarados como sabedoria e então contestar a tão famosa “fragilidade do sexo”.

Este projeto parte do seguinte problema: há uma perpetuação de estereótipos fomentada a partir da disseminação de expressões machistas que perpassam gerações? Em função disso, o objetivo deste trabalho foi o desenvolvimento de uma série de *podcast* que desestabilize a ciclicidade associada a esses discursos. Para atingir o objetivo proposto, houve a identificação de contextos históricos que possam ter dado vazão à difusão destes ditos; a exposição dos impactos causados nas interações sociais; a apresentação, por meio de entrevistas com as fontes, de argumentos que demonstrem que tais ideias, na prática, não permanecem verídicas atualmente; e o evidenciamento da vivência e experiência de mulheres a partir de estereótipos perpetuados em falas machistas.

De todo modo, a naturalização de discursos machistas foi analisada com base na categorização das expressões populares a partir de três grupos distintos:

- a associação da mulher como sexo frágil e inferior;
- a objetificação e o incentivo à violência de gênero e, por último,
- imposições sociais e o “lugar de mulher”.

Nesse contexto, é importante que o assunto seja abordado considerando as conquistas femininas e todo o processo de transformações sociais que ocorreram ao longo do tempo. O acesso à educação, o direito ao voto, o reconhecimento da igualdade de gênero e a criação de legislações que não apenas protegem a vida, mas defendem a integridade feminina, fazem parte de uma série de realizações que comprovam a posição ativa ocupada por mulheres na sociedade atual que as tornam tão fortes, livres e capazes quanto os homens. É essencial que discursos machistas sejam desconstruídos midiaticamente para que a sociedade possa tomar consciência de seu uso cotidiano e, assim, questioná-los.

Além disso, sabe-se que nos dias atuais o acesso à informação se faz consideravelmente mais facilitado do que no passado, quando possivelmente surgiram os discursos utilizados nos provérbios. Assim, é incoerente que ainda hoje a população mantenha o ciclo de difusão associado a essas expressões, ignorando qualquer mudança nas interações sociais ao longo dos anos. Tendo em vista o caráter tradicional e cíclico do discurso espalhado de maneira comumente estrutural e impensada, o produto é relevante como forma de cumprir o papel social do jornalismo e incitar reflexão e interpretação a respeito do assunto.

Deste modo, o projeto busca questionar o uso cotidiano e a naturalidade com a qual tais expressões são transmitidas, muitas vezes de maneira estrutural e impensada, fortalecendo as desigualdades presentes nas interações sociais. Além disso, deu visibilidade às mulheres que precisam lidar frequentemente com discursos machistas e a sociedade que os perpetuam.

O formato de *podcast*, selecionado para a apresentação, foi escolhido considerando principalmente a oralidade associada à transmissão de expressões populares, visto que, de acordo com Xatara e Succi (2008, p. 46), são definidas em contexto “atemporal e de maior frequência na modalidade oral de que na escrita”.

Ainda, considera-se sua fácil disseminação, acesso e possibilidade de download, que permite que o formato seja reproduzido independente de horário ou local. Por fim, é importante que o ouvinte se identifique com os contextos apresentados, seja como sujeito das expressões ou transmissor dos ideais nelas contidos e, assim, conteste ou até mesmo encerre o ciclo de propagação de um discurso que já se provou antiquado há algum tempo.

1- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Elaboração do pré-projeto;
- Pesquisa documental e bibliográfica;
- Pesquisa e seleção de fontes por episódio;
- Criação de roteiro de perguntas para a realização das entrevistas;
- Escrita da primeira versão do roteiro da série de *podcast*;
- Realização de das entrevistas e captação do material em formato de áudio;
- Decupagem e seleção dos trechos a serem utilizados;
- Edição dos trechos de cada fonte;
- Edição e finalização do roteiro da série de *podcast*;
- Gravação do off de cada episódio;
- Edição dos offs e adição das fontes;
- Escrita e produção do episódio “Como dizia a minha avó”;
- Gravação do ‘fala povo’;
- Criação da identidade visual do produto;
- Finalização dos episódios;
- Produção do relatório final.

1.1 Execução:

A execução da série de podcast teve início no mês de fevereiro, quando revisei o pré-projeto e tracei estruturas possíveis para cada um dos episódios, bem como os pontos a serem alterados.

Em março, foi realizada a primeira reunião de alinhamento com a orientadora, na qual discutimos prazos e uma nova organização para o projeto. Assim, desenvolvi uma pauta com duas estruturas diferentes por episódios: a inicial, mais próxima do proposto no pré-projeto; e um novo modelo sugerido pela orientadora. Optei por construir as duas opções para compreender melhor aquilo que estava sendo proposto ou visualizar possíveis melhorias da ideia antiga com base em uma opinião distinta.

Após o desenvolvimento da pauta, retomei a revisão teórica para que pudesse estruturar o roteiro. Na primeira versão da pauta, cada episódio contava com duas ou três fontes especialistas e número semelhante de personagens. Durante a construção do roteiro,

percebi que, caso quisesse focar nas experiências de vida das personagens, seria necessário reduzir a quantidade de fontes. Deste modo, os episódios foram compostos por uma especialista e duas personagens, com exceção do episódio “Como dizia a minha avó”, que, para contextualizar linguagem e expressões populares, foi focado apenas em dois teóricos e em um ‘fala povo’.

Além disso, analisando a revisão teórica do pré-projeto, adicionei outros subcapítulos que julguei importantes após a orientação: “Linguagem como parte da cultura” e “Interseccionalidade nos estudos de gênero”. Os demais capítulos também foram editados e tiveram dados oficiais inseridos, como forma de argumentação dos contextos abordados.

Concomitantemente, elenquei possíveis fontes e perguntas. Para isso, a partir da orientação, busquei por especialistas que dominassem o assunto abordado com base em diferentes perspectivas: da linguagem (para abordar o uso da língua na cultura de um povo); e de gênero (a fim de conceituar a figura feminina em diferentes contextos sociais). Daqueles que entrei em contato via e-mail, agendei entrevista com Thyago Cruz, autor do livro “Os provérbios e a Mulher”; Fabiana Biondo, doutora em linguística; Zaira Lopes, doutora em psicologia e coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Gênero, Psicologia e Sexualidade (Genpsi) e Dilza Gonçalves, doutora em história com foco em gênero.

No mesmo período, iniciei as buscas por fontes personagens por meio de grupos de WhatsApp e postagem de *stories* no Instagram. Este primeiro contato desenvolveu-se principalmente pelas mulheres que responderam minhas publicações e se ofereceram para participar. Nele, foram consideradas seis fontes, das quais três foram entrevistadas: Nélida Dias, Edilene Nunes e Victória Costacurta. Além disso, para tratar dos contextos interseccionais, procurei por interações de mulheres em perfis de coletivas feministas e de acolhimento LGBTQ+, onde encontrei Romilda Pizani e Maíra Machado que aceitaram participar. Terezinha de Jesus, por outro lado, era uma fonte que conheci durante o curso de Jornalismo, e, já conhecendo sua história, também a convidei.

Entre as fontes personagens, houve certa homogeneidade considerando que, além da maioria ter idade média entre 40 e 50 anos e um grau de escolaridade avançado, todas elas possuíam uma opinião clara ligada ao fato de ser mulher. Nélida tem 49 anos, é enfermeira e servidora pública da prefeitura de Campo Grande; Romilda, de 47 anos, é educadora social e ativista engajada; Edilene, aos 41 anos, é técnica de enfermagem e possui graduação em

direito; Terezinha, de 76 anos, é aposentada e foi servidora pública, uma entre “a meia dúzia de cabeças que estruturou o SUS (Sistema Único de Saúde)”, como ela mesma diz; Victória tem 19 anos, é acadêmica de jornalismo e tem os jogos *online* como forma de diversão; e Maíra, aos 46 anos, é carioca, delegada de Polícia Civil e coordenadora do Núcleo Institucional da cidadania.

Grande parte das entrevistas foram realizadas presencialmente durante o mês de abril, baseadas em um roteiro pré-definido de perguntas e com a utilização apenas do gravador do meu próprio celular. As exceções foram Edilene e Dilza. Devido à rotina, Edilene poderia participar apenas por WhatsApp, onde encaminhei as perguntas e recebi todas as respostas em áudio gravado por ela mesma. Já com Dilza, após contratemplos que nos fez remarcar a entrevista três vezes, optamos pela conversa via Google Meet, em que gravei a reunião e posteriormente extraí o áudio. Conforme cada entrevista era feita, já era realizada a decupagem e a edição das sonoras no software Audacity.

Já na primeira quinzena do mês de maio, trabalhei principalmente na finalização da revisão teórica e do roteiro. A primeira versão do roteiro era composta principalmente por perguntas e respostas. Após a realização das entrevistas, optei por deixá-lo em um tom mais narrativo, para que dessa forma pudesse também indicar semelhanças e diferenças entre as vivências das personagens. Nesse período também foram selecionadas possíveis trilhas sonoras e a edição da vinheta de abertura, além do envio do roteiro para correção.

A gravação dos *offs* dos episódios “Mais mulher que muito homem” e “Bela, recatada e do lar” foi realizada em maio. “Segura em nenhum aspecto” foi gravado posteriormente, considerando o atraso na entrevista com a Clarissa Torres, promotora de justiça e coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (NEVID) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).

Iniciada a edição dos materiais, surgiu a necessidade de adicionar mais um episódio ao *podcast*. “Como dizia a minha avó” foi pensado como alternativa, visto que parte do seu roteiro estava inserido em “Mais mulher que muito homem”. A contextualização acerca da linguagem trazia duas fontes especialistas, que além de gerar uma disparidade quanto à quantidade de sonoras dos demais episódios, ainda somou uma diferença de mais de 15 minutos entre eles. Para torná-lo um episódio único, também foi inserido um ‘fala povo’, com sonora de algumas personagens. Por fim, ao todo foram produzidos quatro episódios.

“Como dizia a minha avó” contextualiza a relação entre a linguagem e a cultura e o impacto gerado na reprodução de preconceitos, com as fontes especialistas Fabiana e Thyago. Além disso, o ‘fala povo’ tem a participação de Ana Letícia, Kamila Jordão, Juliana de Oliveira, Cristiane Angélica e Sandra Regina, que citam expressões populares conhecidas.

Em “Mais mulher que muito homem”, a especialista Dilza apresenta os estigmas ligados à inferioridade feminina e a famosa “fragilidade do sexo”. Nélida e Romilda compartilham suas vivências referentes ao tema, associando-o ainda a assuntos relacionados à cor, aparência física e profissão.

“Segura em nenhum aspecto” destaca a objetificação da mulher, também ligada à violência de gênero, com a participação da promotora Clarissa. Neste episódio, Terezinha e Edilene dividem experiências e impressões sobre ser mulher a partir de contextos históricos distintos. Apesar de possuírem similaridades, a diferença de 35 anos de idade entre as personagens representa variações na forma de identificar os preconceitos e, conseqüentemente, as violências.

Em “Bela, recatada e do lar”, o objetivo é questionar a imposição antiquada de lugares e comportamentos de gênero. Junto à fonte especialista Zaira e às personagens Victória e Maíra, o episódio analisa as dificuldades enfrentadas por mulheres em espaços ocupados majoritariamente por homens, abordando ainda a questão da homossexualidade.

O pré-projeto previa uma duração de, em média, 15 a 20 minutos por episódio, enquanto a minutagem final ficou entre 20 e 30 minutos. No produto final, optei por uma edição mais limpa para que as falas fossem valorizadas, com a implementação de efeitos sonoros pontuais. A identidade visual de “Ponto sem nó” e as capas de cada episódio foram desenvolvidas concomitantemente à finalização da edição, assim como do relatório.

1.2 Dificuldades Encontradas

Uma das maiores dificuldades foi, sem dúvidas, obter respostas aos meus pedidos de entrevistas. Grande parte das fontes especialistas elencadas na pauta não me deram devolutiva. Passados dias sem retorno, passei a dar preferência à docentes da UFMS, que mostraram-se mais abertos à participação. Além disso, tive também entrevistas adidas, tanto de fontes especialistas quanto de personagens.

Outro problema que ocorreu no desenvolvimento do produto foi na captação. Como todas as fontes foram ouvidas em lugares diferentes e, muitas vezes, externos, lidei também com ruídos nos áudios, que precisaram ser tratados posteriormente. O áudio da Victória, por exemplo, foi prejudicado pelo barulho de vento, enquanto o trânsito impactou a entrevista da Romilda e uma falha elétrica que gerou barulhos na conversa com Maíra. A priorização das gravações em locais determinados pelas fontes acabou afetando a qualidade dos áudios.

Minha maior dificuldade, contudo, foi na entrevista com uma fonte especialista em violência contra a mulher. Além de não obter sucesso na entrevista com a Analu Ferraz, delegada adjunta da DEAM – que respondeu às perguntas apenas em texto – também não tive retorno da Secretaria de Cidadania sobre o pedido de entrevista com Veridiana Almeida, coordenadora do Centro Especializado de Atendimento à Mulher, à Criança e ao Adolescente em Situação de Violência (CEAMCA). A solução foi encontrada com o MPMS, porém, como havia enviado a solicitação já na primeira semana de maio e ainda dependia da agenda da promotora Clarissa Torres, a entrevista foi realizada bem próxima ao prazo de entrega do produto, o que tornou o tempo de edição mais apertado.

1.3 Objetivos Alcançados

O objetivo geral do pré-projeto era “produzir uma série de podcasts sobre provérbios utilizados no cotidiano que desestabilize a ciclicidade associada à disseminação de discursos machistas”. Tal objetivo, apesar de cumprido, sofreu alterações quanto à especificidade gramatical da fraseologia, substituindo a categoria “provérbios” pelo contexto mais amplo de “expressões populares”.

Tratando-se dos objetivos específicos, o primeiro visava identificar os contextos históricos que possivelmente deram vazão a difusão destes ditos, que foi alcançado a partir das entrevistas com fontes diversas especialistas em gênero.

O segundo objetivo, que visava apresentar os impactos causados por provérbios – mais uma vez, substituído por “expressões populares” – machistas nas interações sociais também foi cumprido, tendo como base, principalmente, dados oficiais de situações ligadas ao preconceito de gênero, como desigualdade salarial, registros de violência e casos de feminicídio, por exemplo.

Já os demais objetivos, foram alcançados a partir das entrevistas com as fontes personagens. Um deles era apresentar argumentos que demonstrem que as ideias associadas aos contextos tradicionais que contribuíram para a formação dos discursos machistas, na prática, não permanecem mais verídicas, enquanto o outro visava evidenciar a vivência e experiência de mulheres a partir de estereótipos perpetuados em formas de expressões machistas.

Por fim, todos os objetivos iniciais foram cumpridos satisfatoriamente. Mesmo que a partir de uma análise fraseológica mais ampla, o contexto abordado permaneceu inalterado.

2 SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS:

2.1 Linguagem como parte da cultura

A linguagem como ferramenta de comunicação consolida-se como elemento cultural ao se considerar que “cultura é o produto, ao mesmo tempo, da vida social e da atividade social do homem” (Vygotsky, 2021, p. 201). Assim, as interações não só influenciam o contexto no qual o indivíduo está inserido, mas ainda são moldadas por ele.

Ideia semelhante também é reconhecida na hipótese denominada Sapir-Whorf, que demonstra uma interdependência entre linguagem e cultura (MARCONDES, 2010 *apud* Cunha, 2011). A teoria, além de defender o papel da língua na compreensão da realidade, também determina que o elemento linguístico parte de uma forma de vida, ou seja, um contexto real previamente estabelecido.

A relação mútua entre os fatores linguísticos e culturais contribui para a formação da visão de mundo de cada um, segundo Sampaio (2018, p. 235), porque “[...] a língua é um dos mais importantes meios pelos quais o indivíduo, desde a infância, ‘recebe’ a cultura do local onde vive [...]”. Nesse sentido, vale ainda destacar que, por mais abrangente que a linguagem possa parecer a uma determinada população, ela pode sofrer variações de uso quando inserida em diferentes contextos sociais.

Quando se trata das variantes, Urbano (2008) separa a linguagem em dois grupos: o dialeto social culto ou padrão, adotado principalmente por indivíduos com maior letramento e de classes sociais mais altas; e o dialeto social não culto ou não padrão, denominado também como popular e falado, em tese, por classes mais baixas. Já no cotidiano, a linguagem corrente surge como resultado das variações utilizadas por diferentes níveis de falantes, englobando as duas formas de dialeto. De todo modo, esta vertente concentra o maior número de usuários por integrar os outros dois níveis e assim gerar um dialeto comum a todos.

Seja pela origem, seja pelo hábito linguístico recorrente, seja pela veiculação de aspectos do cotidiano do povo, os recursos sob enfoque são taxados como extremamente populares, vinculados que são à sabedoria, cultura e costumes populares, diríamos mesmo, folclóricos. (Urbano, 2008, p.37)

Apesar dos diferentes formatos de manifestação linguística, existe um ponto comum que, novamente, conecta os grupos sociais: a cultura. A associação de elementos culturais semelhantes aos indivíduos que convivem e, conseqüentemente, interagem entre si,

contribui para a formação de uma realidade, mesmo que restrita aos enfoques considerados populares que, mais uma vez, voltam a moldar a linguagem.

Além disso, considerando a relação direta entre os elementos linguísticos e culturais, nota-se ainda a constante transformação que os associa. Se a chamada “língua viva” influencia e é influenciada pela realidade, ela também se caracteriza como um organismo vivo e dinâmico que sofre variações mais complexas do que a separação em dialetos, implicando também no desuso ou na consolidação de novos termos de acordo com cada período histórico (Martins, 2003).

O conhecimento consciente de uma língua (por quem dela queira ser mais do que utilizador) implica o reconhecimento dessa dinâmica evolutiva e diversificante que torna qualquer língua resistente à normalização. De facto as variantes normativas são, como as não normativas, eventualmente passageiras, mudando ao longo do tempo o modo como os falantes encaram os mesmos factos linguísticos. (Martins, 2003, p. 29)

É por meio dessa dinâmica evolutiva que, com o objetivo de registrar palavras e expressões que caem em desuso com o passar do tempo, surgem arquivos como o “Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Morta - Palavras que Sumiram do Mapa”, escrito pelo jornalista Alberto Villas em 2012. O livro organiza em ordem alfabética termos que deixaram de ser utilizados junto às definições e à palavra que, segundo o autor, passaram a substituí-los.

Além de palavras cotidianas, a obra também incita a mudança em termos pejorativos como “tição”, que passou a ser denominado “negão” (Villas, 2012, p. 298), “afeminado”, que segundo o dicionário caiu em desuso ao se referir a um “homem gay” (Villas, 2012, p. 8), e “baratinada”, palavra substituída por “doidona”, ao tratar-se de uma mulher (Villas, 2012, p. 35).

A intenção de catalogar essas “palavras que sumiram do mapa”, também demonstra que, apesar de haver termos que caem em desuso enquanto outros se consolidam, os contextos sociais não deixam de existir, apenas renovam-se. Mais uma vez, a realidade intrínseca no uso da linguagem reflete uma cultura que não só une diferentes dialetos em prol de uma interação popular, mas permanece instituindo ideais que, por mais dinâmicos que sejam, não desaparecem junto aos vocábulos.

2.2 Expressões populares e possíveis classificações na língua portuguesa

Apesar de representarem grande parte da cultura e história de um povo, as expressões populares enfrentam controvérsias e representam recursos linguísticos de difícil conceituação na língua portuguesa. De origem desconhecida e com composição variada, seja pela sua disseminação oral ou pela alteração de palavras que caem em desuso ao longo do tempo, tais frases pertencem ao campo da paremiologia², que engloba, além de outros fraseologismos³, os provérbios.

De caráter memorável e fácil utilização, os provérbios são ensinados desde a infância na sociedade brasileira e surgem tão naturalmente no processo da fala quanto qualquer outra frase. De acordo com Vellasco (2000, p. 127), tais expressões definem-se como “frutos da experiência do povo; são afirmações concisas e impessoais de verdades gerais. [...] Partem do senso comum, da fidedignidade a um contexto de vida específico, da simplicidade”. Associados a crenças e valores, os provérbios representam ideias coletivas, universais e cristalizadas⁴ na língua de determinado grupo.

Estudiosos como Vellasco (2000) e Xatara e Succi (2008) defendem a associação dos provérbios a contextos específicos, ou seja, eles são utilizados a partir de ideias preestabelecidas. Estas frases são pré-concebidas a partir de situações que conectam-se aos diferentes discursos proverbiais, de sentimentos a interesses humanos, por meio de afirmações, ensinamentos, elogios ou críticas baseados em argumentos de um senso comum.

Optando por um enunciado já pronto e de consenso geral, o(a) falante evita a necessidade de emitir, por si mesmo(a), um enunciado original. Isso é útil, especialmente em situações desfavoráveis ou em situações nas quais o(a) quer assegurar, granjear a força das convenções sociais. (Vellasco, 2000, p. 142)

Segundo Xatara e Succi (2008), existem diversos enunciados que assemelham-se semanticamente aos provérbios, mas se distanciam entre si seja por autoria, intenção, figura

² Estudo das formas de expressões tradicionais utilizadas no cotidiano (Amaral, 1976 apud Xatara; Succi, 2008, p.33)

³ Combinações de unidades léxicas, relativamente estáveis, com certo grau de idiomaticidade, formadas por duas ou mais palavras, que constituem a competência discursiva dos falantes, utilizadas convencionalmente em contextos precisos, ainda que muitas vezes de forma inconsciente. Incluímos nessa categoria as parêmsias ou sentenças proverbiais, expressões idiomáticas, colocações, pragmatemas, estereótipos e clichês, bordões, slogans... (Monteiro-Plantin, 2017, p. 1-2)

⁴ Sequência de palavras relativamente fixa e consagrada por determinada comunidade linguística cujo significado global não pode ser calculado a partir da soma de suas partes, carregada de idiomaticidade e aplicada a uma situação particular através da contextualização em pessoa, tempo e/ou espaço de seus argumentos. (Carneiro, 2016, p. 36)

de linguagem, superstição ou desconexão com a realidade. A semelhança com outros fraseologismos impede que o conceito tenha definições precisas e, por isso, classificam os provérbios a partir dos seguintes fatores:

Considerando-se o critério semântico para definir o que é uma palavra, temos que uma palavra constitui uma unidade mínima de significação. Assim, entendemos o provérbio como tal unidade mínima, ou seja, o enunciado proverbial abrange dois vetores: forma plural (constituída por um grupo de palavras) e um só significado (mensagem global a ser transmitida). (Xatara; Succi, 2008, p.33)

Neste caso, de acordo com Xatara e Succi (2008) e Vellasco (2000), a principal dificuldade de definição do termo “provérbio” surge a partir da falta de um padrão de sintaxe, semântica e pragmática comum a todos os provérbios. De todo modo, o contexto popular associado ao uso de recursos linguísticos acaba unindo as diversas classificações discutidas por teóricos em um grupo comum: fraseologias – ou expressões – populares.

Dentre os vários recursos, que compõem o texto falado, concepcionalmente considerado, estão os ligados à chamada “fraseologia popular”, em que se incluem gírias, ditados, expressões formulaicas, idiomáticas ou não, clichês, chavões, slogans, provérbios, entre múltiplos outros. Esses recursos, grosso modo, enquanto “frases feitas”, são farinha do mesmo saco. (Urbano, 2008, p. 37)

Assim, a linguagem como ferramenta de interação social vai muito além dos conceitos gramaticais associados às expressões utilizadas no cotidiano ou dialetos atribuídos a determinados grupos. Cultos ou não cultos, os indivíduos passam a ser vistos como um coletivo ao adotar um dialeto comum e permitir que a cultura determine sua interação, seja ela formal, coloquial ou composta, ainda e principalmente, por frases populares.

2.3 Discurso como estrutura determinada

De acordo com Lemos (1995, p. 10), um discurso pode ser definido como aquilo que “está além da ‘sentença’, unidade da língua; discurso é o que, quando considerado, não em sua extensão, mas, como totalidade, se configura como unidade de outra natureza, o texto”. Quando se trata de discurso, a autora destaca que o termo “texto” não refere-se exclusivamente ao objeto de escrita, mas estende-se ao diálogo que, na oralidade, detém o mesmo funcionamento.

O discurso encontra-se diretamente conectado com a língua e a linguagem. Segundo Lemos (1995), termos definidos por Bruner (1975 *apud* Lemos, 1995) e Nelson

(1985 *apud* Lemos, 1995) como “formats” e “scripts”, respectivamente, são caracterizados como precursores do desenvolvimento linguístico. Tal associação deve-se, principalmente, à estrutura fixa e previsibilidade presente nas narrativas discursivas, assim como nos provérbios.

As restrições operativas no “format” e, mais ainda, no “script”, decorrem do fato dessas configurações ou esquemas serem, na visão desses autores, representações cognitivas de formas sócio-culturalmente determinadas de significar relações entre objetos, pessoas, situações. (Lemos, 1995, p. 10)

Além disso, de acordo com Orlandi e Pêcheux (2001, 2002 *apud* Monteiro, 2023, p. 394), “práticas e discursos são mais ou menos aceitos dependendo do lugar histórico-social-ideológico”. Assim, a perpetuação de discursos machistas, mesmo que sofram variações a partir dos contextos nos quais estão inseridos, naturaliza tais ideais na linguagem de uma sociedade que permanece difundindo-os por meio de expressões polêmicas e, principalmente, autoritárias.

Indivíduos – sejam homens ou mulheres – são interpelados em sujeitos de um discurso que vem sendo passado e reformulado por gerações sendo validado por homens e mulheres que aceitam o lugar de superioridade do homem. Dentro dos termos do lugar ocupado por um determinado sujeito masculino, o machismo se institucionaliza na medida em que é aceito por sujeitos de diversos gêneros. (Monteiro, 2023, p. 396)

Ademais, a relação entre discurso e as narrativas proverbiais estão tanto na origem baseada em contextos sócio-culturalmente determinados quanto na estabilidade estrutural e seu impacto na linguagem da população. Desta forma, os discursos machistas presentes nos provérbios que visam favorecer o homem não apenas é perpetuado em diferentes contextos sociais ao longo dos anos, mas contribui para que o preconceito, a violência e uma suposta “superioridade” permaneçam naturalizados.

2.3.1 Discursos machistas: disseminação em forma de expressões

A transmissão cultural de discursos machistas por meio de provérbios ou ditos é exposta por Cruz (2012), que analisa a visão da mulher a partir de provérbios de língua espanhola. De acordo com as pesquisas do autor, o sexo feminino é um tema amplamente explorado em diferentes culturas e nacionalidades, visto que Fernández (1990 *apud* Cruz, 2012) registrou mais de 10.000 provérbios que remetem diretamente ou indiretamente a figura feminina, enquanto Ferrero (2004) catalogou 2.354 expressões de mesmo tema presentes na língua portuguesa.

Segundo Cruz (2012, p. 16), “não é de difícil percepção certa tendência, nessas unidades fraseológicas, ao machismo, ou dito de outra maneira, ao desprezo e à ‘inferiorização’ em relação à mulher, atribuindo-lhe uma carga de dependência e ligação extrema a um homem”. Além disso, ainda é apresentada a ideia a respeito dos impactos causados pela associação da linguagem, do pensamento e da cultura nas tradições populares e nas relações sociais de um determinado povo.

Historicamente, a figura feminina já assumiu diferentes papéis na sociedade, de divindades à mera extensão e sujeição do homem. As interações sociais e a reafirmação das mulheres como seres subversivos, inferiores, restringidos, objetificados e desumanizados ao longo do tempo, assim como a cristalização do contexto em diferentes locais independente de períodos, costumes, crenças ou religiões, fomentaram a legitimação de uma cultura machista.

A sociedade fez (e ainda faz) diferenciação, ou dito de outra maneira, discriminação entre os dois sexos existentes, principalmente no que se refere à hierarquia e às funções assumidas por homens e mulheres: os primeiros assumem, na grande maioria das sociedades ocidentais, um status mais elevado e alcançam um privilégio social, político e cultural maior do que o conquistado pelo sexo feminino. (Cruz, 2012, p. 90)

A posição de poder culturalmente centralizada na figura masculina – que favorece o homem enquanto prejudica a mulher – é tradicionalmente cristalizada pela transmissão de uma narrativa preconceituosa. Assim, observando a relação entre linguagem, pensamento e cultura nas relações sociais de um povo apresentada por Cruz (2012), depreende-se o impacto mútuo causado entre a comunicação e a interação de um grupo.

- Quanto mais aquela ideia é transmitida ao longo dos anos, mais ela se perpetua em comportamento;
- Quanto mais legitimado o comportamento, maior a probabilidade do discurso manter-se em circulação.

“Partindo do pensamento que a linguagem é o principal meio de comunicação do homem e que ela permite pensar e agir, ou seja, sem ela não há pensamento, não existe vínculo social, a linguagem passa então a ser um poder” (Amaral; Oliveira, 2017, p. 118). Nesse contexto, de acordo com a pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil⁵”, divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2023, 37,7% da

⁵ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 09 maio 2025.

população havia testemunhado “homens abordando mulheres na rua de forma desrespeitosa, mexendo, passando cantadas ou dizendo ofensas” nos últimos 12 meses. O número, quando comparado a 2021, representa um aumento de 3,4% e demonstra uma mudança característica, visto que o mesmo indicador esteve em queda de 2017 a 2021. A linguagem como ferramenta de poder também desempenha um papel de exclusão social que gera a naturalização de “piadinhas” como abordagem natural do masculino ao feminino.

Dessa forma, apesar de terem ocorrido mudanças significativas ao longo da história que colocam as mulheres em posição social semelhante à do homem, o contexto feminino ainda sofre com desigualdade e opressão perante a sociedade. Assim, a disseminação de uma narrativa marcada pela misoginia e preconceito atua como forma de poder e controle a fim de impor papéis distintos a cada gênero.

2.3.2 Mulher como sexo frágil e inferior

A fragilidade da mulher, assim como sua constante vinculação a um homem que deve cuidá-la e protegê-la, é um dos principais estereótipos que acompanham o gênero. O uso do termo “sexo frágil”, assim como a transmissão cultural de provérbios como “à lágrimas de mulher não há casa forte” (Casanova, 1973, p. 46) e “mulher e vidro sempre estão em perigo” (Silva, 2016, p. 161), reforçam a ideia de incapacidade feminina, tanto de ocupar posição estável em uma relação de poder quanto de lidar consigo mesmas.

Apesar de, tradicionalmente, a mulher ser considerada anatômica e fisiologicamente diferente do homem, os comportamentos distintos entre os sexos não são fatores determinados biologicamente, ou seja, as mulheres não são mais frágeis ou sensíveis por terem nascido mulheres, bem como os homens não são mais fortes e protetores por terem nascido homens. De acordo com Laraia (2001), a conduta de um indivíduo depende exclusivamente do que lhe é ensinado. O autor exemplifica que mesmo atividades determinadas pelo aparelho reprodutor humano podem ser concebidas independente do gênero, como a amamentação feminina e o uso de mamadeiras pelos homens.

O comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada (Laraia, 2001, p. 21)

O processo de aprendizagem destacado por Laraia de certa forma reforça a associação das relações sociais à linguagem, pensamento e cultura de um povo, apresentado por Cruz (2012) anteriormente. O condicionamento social na formação da identidade feminina, ligado diretamente ao processo de endoculturação, consolida não apenas um comportamento de gênero imposto à mulher, mas uma inferioridade e fragilidade da qual o homem pode se aproveitar e se consagrar protetor. De todo modo, a interação social entre diferentes sexos se dá pela própria determinação cultural, que impõe, e assim cristaliza, uma sociedade na qual o homem deve se manter sempre à frente.

Em contexto histórico, Amaral e Oliveira (2017, p. 117) destacam que “desde os primórdios, a mulher é considerada mais fraca, impossibilitada de exercer uma vida pública, voltada [quase] que exclusivamente para os homens”. Assim, o conceito de fraqueza feminina também é construído a partir da desumanização da mulher como ser capaz de viver independentemente, trabalhar ou cumprir tarefas comumente associadas à força masculina.

De acordo com o Índice de Normas Sociais de Gênero 2023⁶, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), quase 90% da população mundial, incluindo homens e mulheres, ainda têm pelo menos um tipo de preconceito contra a mulher. Quando se analisa em contextos geográficos, 84,6% dos brasileiros possuem viés de gênero. Destes, 49% acreditam que mulheres não são tão boas na política quanto os homens e 43% afirmam que o gênero masculino se sai melhor em trabalhos executivos.

Apesar de historicamente ser definida como uma extensão do homem e viver para cuidá-lo e por ele ser cuidada, a associação antiquada de uma condição biológica inferior e a incapacidade de defesa atribuídas à mulher perpetua ao sexo masculino uma posição de poder na sociedade. Além disso, o processo de endoculturação somado a imposição de um comportamento de gênero e a posição feminina inativa na vida pública há tempos atrás impossibilitam que a mulher seja vista como alguém capaz de sobreviver sozinha.

2.3.3 Objetificação da mulher e violência de gênero

Além da posição de poder assumida pelo homem perante a fragilidade atribuída à mulher, tal lugar também é apresentado nos provérbios que objetificam o gênero feminino. A figura da mulher é comumente atrelada à posse, a objeto inanimado ou a animais, como se

⁶ Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/2023-gender-social-norms-index-gsni>. Acesso em: 09 maio 2025.

fossem seres desprovidos de vida, natureza ou racionalidade, reforçando uma inferioridade imposta entre os diferentes gêneros.

Associado às comparações desumanas disseminadas em expressões populares, destaca-se ainda a constante violência presente nesses discursos. Provérbios como “a mulher e a mula, o pau as cura” (Xatara; Succi, 2008, p. 40), “a mulher e a galinha, torce-lhe o colo se a queres fazer boa” (Casanova, 1973, p. 50) e “não se deve emprestar nem livro nem mulheres. Nunca devolvem os livros; as mulheres, sempre” (Silva, 2016, p.163), estabelecem à mulher uma relação de propriedade masculina, como se a violência verbal, física ou emocional fosse, por direito do homem, prática de controle nesta interação. Ainda, a ideia de que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher” (Silva, 2016, p.163), apresentada por Silva (2016), reforça a naturalização do discurso de ódio, que não apenas demonstra uma apatia perante a violência de gênero, mas uma desassociação social frente a esta reflexão.

Assim como existem contextos históricos que associam as mulheres a seres inferiores, existem outros que contribuíram para cristalizar o ódio ao sexo ao longo dos anos.

A cultura ocidental desde, no mínimo, a cultura grega antiga – ou seja, antes do judeocristianismo, mas piorando na tradição judaica e mais ainda na tradição cristã – é uma cultura que não é apenas machista; ela é misógina. Ou seja, a nossa cultura é fundada não apenas no domínio sobre as mulheres, mas no ódio pelas mulheres. (Homem; Calligaris, 2019, p. 15)

Dessa forma, a discussão a respeito do ódio disseminado às mulheres não está limitada apenas à propriedade masculina, mas estende-se ao domínio da autonomia e do desejo sexual feminino. Amaral e Oliveira (2017), assim como Silva (2016), destacam que as interações sociais fomentam, a partir da difamação feminina, que as mulheres reprimam seus desejos sexuais e relacionem-se com o mínimo de parceiros possíveis para manterem uma “boa fama”. Enquanto os homens são parabenizados e exaltados pelo número de parceiras, as mulheres sexualmente ativas são vistas como promíscuas, “sem vergonha”, e retornam à posição inferior semelhante à dos animais: são definidas como “piranhas, galinhas, vacas” e, portanto, passam a ser tratadas como tal.

Barquín *et al* (2018) ainda explica que, ligadas aos desejos masculinos, a aparência física e a vestimenta também são fatores que relacionam-se à objetificação da mulher. De acordo com os autores, a nudez e os cabelos longos, por exemplo, são vistos como traços de identidade de gênero e reforçam estereótipos, muitas vezes usados como forma de

justificar a violência. Se tais elementos seguem os padrões cobiçados pelo homem, a figura feminina é vista como objeto sexual; se não, ela justificadamente passa a ser vista como fonte de desprezo.

Segundo o relatório da pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil⁷”, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2025, 17.714.721 de mulheres (31,4%) já relataram ter sofrido ofensas verbais, incluindo insultos, humilhações e xingamentos. Quando se trata de violência física ou sexual, o percentual de brasileiras que já foram violentadas por parceiros ou ex-parceiros íntimos é de 32,4%, superior à média global (27%).

Tratando-se especificamente de violência doméstica, os registros tiveram um aumento de 2,9% entre os anos de 2021 e 2022, com 245.713 casos, de acordo com o levantamento “O Crescimento de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher em 2022⁸”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No mesmo período, as ameaças atingiram 613.529 registros, refletindo um crescimento de 7,2%.

Além disso, o feminicídio também é resultado da violência de gênero. O estudo denominado “Feminicídios em 2023⁹”, também do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, demonstra que só no ano analisado, o Brasil registrou 1.463 casos de assassinatos de mulheres em decorrência ao gênero. O índice representa um aumento de 1,6% em relação a 2022 e o maior número desde a tipificação do crime, que ocorreu em 2015.

Quando filtrado por unidades federativas, Mato Grosso do Sul aparece na quarta posição no levantamento, com uma taxa de 2,1 por 100 mil mulheres mortas, uma redução de 25% quando comparado a 2022. Por outro lado, o estado registrou 14 feminicídios em 2025 até o mês de maio, de acordo com o Monitor da Violência Contra a Mulher¹⁰, da Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

⁷ Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/03/sumario-executivo-visivel-e-invisivel-5ed-2025.pdf>.

Acesso em 09 maio 2025.

⁸ Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-07-o-crescimento-de-todas-as-formas-de-violencia-contra-a-mulher-em-2022.pdf>. Acesso em: 09 maio 2025.

⁹ Disponível em:

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/eca3a94f-2981-488c-af29-572a73c8a9bf/content>. Acesso em 09 maio 2025.

¹⁰ Disponível em: <http://monitorviolenciacontramulher.sejusp.ms.gov.br/>. Acesso em 02 jun 2025.

Assim, observa-se que a objetificação da mulher e a disseminação de discursos que incitam a violência vai muito além do poder de posse assumido pelo homem. As expressões cristalizam a violência como forma de controle da autonomia, do desejo sexual, da racionalidade feminina. A mulher, quando visualizada como objeto, passa a ser vista apenas como um corpo que justifica ser violentado, seja física, sexual ou verbalmente. Passa a ser vista como descartável.

A comparação da mulher com objetos inanimados e animais surge justamente no contexto que a sociedade deseja impor: o de dominação masculina, de ser racional, superior e ativo na vida pública que, mais uma vez, volta para a posição de poder culturalmente centralizada na figura do homem.

2.3.4 Imposições e a determinação de lugares e ações à mulher

Assim como a inferioridade, objetificação e violência associadas aos discursos proverbiais, o controle da posição ativa da mulher ainda é responsável por determinar comportamentos e lugares culturalmente impostos à figura feminina. A associação da mulher frágil somada à necessidade de cuidado e proteção exercidos pelo homem e a vida pública ativa masculina contribuíram para designar ao gênero feminino um lugar de resguardo.

Expressões como “fica melhor a mulher no seu lar, ouvindo o grilo cantar” (Silva, 2016, p. 161) e “a mulher esquenta a barriga no fogão e esfria no tanque” (Amaral; Oliveira, 2017, p. 117) associam, mais uma vez, o poder centralizado no homem, responsável por estabilizar o lar financeiramente e mostrar-se ativo na sociedade. À mulher, resta realizar trabalhos domésticos, criar os filhos e preparar o ambiente para a chegada do marido. A figura masculina é quem, novamente, é associada à liderança e posse, enquanto a figura feminina, apesar de dedicar-se aos cuidados da casa, permanece difamada, desvalorizada e limitada a ela.

Mas a saída ocidental é fazer uma suposta divisão: “Ok, você, mulher, tem o poder doméstico, o espaço privado e vai fazer a gestão do lar. E você, homem, vai fazer a gestão do espaço público e vai continuar no domínio da política, da propriedade e da cultura, inclusive das narrativas simbólicas dominantes”. É aí que se fortalece a ideia de mulher-mãe. (Homem; Calligaris, 2019, p. 22)

Os condicionamentos sociais responsáveis pela formação da identidade feminina consolidam à mulher o cuidado do lar e, concomitantemente, esta assume também os papéis

de esposa e mãe perante a sociedade. É com o surgimento da “mulher-mãe” e da inserção feminina no mercado de trabalho que a mulher passa a exercer maior autonomia no ambiente familiar, deixando de praticar exclusivamente funções domésticas, maternas ou matrimoniais para exercer posição ativa.

Em contraponto, de acordo com o estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil¹¹”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, as mulheres dedicavam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas. O número representa quase 10 horas de diferença quando comparado aos homens, que dedicavam 11,7 horas semanais. Mesmo que as mulheres já não estejam mais limitadas ao lar, elas ainda permanecem as principais responsáveis por cuidá-lo.

Além disso, a atribuição feminina ao ambiente doméstico gera impactos também na sua ascensão no mercado de trabalho. Quando se trata de cargos de liderança, apenas 39,3% dos cargos gerenciais no Brasil eram ocupados por mulheres no mesmo ano, de acordo com o mesmo levantamento. Ainda, segundo o Painel de Relatório de Transparência Salarial¹² do Ministério do Trabalho e Emprego, as mulheres ganhavam em média 80,6% do salário dos homens ocupando os mesmos cargos e com o mesmo nível de escolaridade em 2022.

Assim, observa-se que apesar das alterações que impactaram o contexto referido à casa ou às tarefas nela executadas, a liberdade de ser, estar ou executar permanece associada principalmente ao gênero masculino. A disseminação de expressões ligadas a imposição de uma vida privada à mulher, de acordo com Amaral e Oliveira (2016, p. 109), ainda fomenta “a guerra dos sexos, onde é apontada com inferioridade em todas as direções: mental, emocional ou física”.

A imposição histórica e cultural de lugares e comportamentos específicos às mulheres é reforçada por normas patriarcais e reproduzida, ainda, por discursos sociais e midiáticos. Um exemplo disso é a recente declaração do senador Plínio Valério (PSDB-AM), que afirmou publicamente ter “tolerado seis horas sem enforcar” a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante a participação dela na CPI das ONGs. A fala, proferida em março de 2025, representa não só uma deslegitimação, mas o silenciamento de mulheres que ocupam espaços de poder em contextos tradicionalmente masculinizados.

¹¹ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em 09 maio 2025.

¹² Disponível em: <https://relatoriode transparencia salarial.trabalho.gov.br/>. Acesso em 09 maio 2025.

Os discursos populares referentes à mulher, seja em contexto de fraqueza, objetificação, violência ou limitação de lugares, práticas ou posições sociais, renovam a atuação da linguagem, do pensamento e da cultura nas inter-relações, descrita por Cruz. Assim, reforça-se a ausência de reações da sociedade machista, que, mais uma vez, reinicia a disseminação desses ideais, ciclo que dificulta que a luta feminina há tempos batalhada cristalize suas conquistas.

2.4 Interseccionalidade nos estudos de gênero

Quando se trata de estudos de gênero, levar em consideração os contextos interseccionais é imprescindível. O termo “interseccionalidade”, conceituado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, analisa a prática de mais de uma forma de opressão simultânea – na época designado pela interdependência entre raça, gênero e classe (Hirata, 2014). Além disso, o conceito foi definido por Collins e Bilge (2016, p. 2) *apud* Kyrillos (2024, p. 2) como “um modo de entender e analisar a complexidade no mundo, nas pessoas, e nas experiências humanas. Os eventos e as condições sociais e políticas de vida e do eu raramente podem ser entendidos como moldados por um único fator”. A interseccionalidade na análise de gênero surge perante à pluralidade, às diferenças que, quando somadas, geram também impactos distintos a cada indivíduo.

Ainda, de acordo com Kyrillos (2020), o termo pode ser associado a uma “lente” que compreende os processos discriminatórios a partir de um complexo cruzamento de opressões, que busca entender as condições geradas por ele. Além de, inicialmente, a autora referir-se à interseccionalidade como a análise de “mais de uma forma de opressão simultânea” (Kyrillos, 2020, p. 1), ela reconhece os privilégios que surgem em contrapartida, também resultado da soma de características específicas. As diferenças, ao contribuir para que a opressão cresça em determinados contextos, acabam privilegiando outros.

Ao tratar a interdependência entre raça, gênero e classe, destaca-se ainda que essas categorias não operam isoladamente, mas estão imbricadas na construção das desigualdades. Hirata (2014) argumenta que a interseccionalidade vai além da mera coexistência desses fatores, uma vez que suas interações reproduzem formas de opressão de maneira articulada e dinâmica. Segundo a autora, “a interseccionalidade refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social” (Hirata, 2014,

p. 62), pois considera que é justamente tal interação que sustenta a reprodução das desigualdades.

Essa perspectiva torna-se ainda mais evidente quando se observam os dados sobre mercado de trabalho e condições socioeconômicas. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio¹³ (PNAD - Contínua), a taxa de desocupação para mulheres foi de 7,6%, enquanto para homens foi de 5,1% no quarto trimestre de 2024. Quando analisada por cor ou raça, a taxa foi de 4,9% para brancos, 7,5% para pretos e 7% para pardos. Se o desemprego tende a ser maior para mulheres e pessoas negras, é inerente que tais categorias tendem a apresentar, também, maior vulnerabilidade social.

Apesar da interseccionalidade ter se fundamentado, inicialmente, a partir da relação entre as três categorias citadas, Hirata (2014) apresenta a conceituação de diferentes teóricos que também variam quanto aos contextos considerados.

Se para Danièle Kergoat existem três relações sociais fundamentais que se imbricam, e são transversais, o gênero, a classe e a raça, para outros [...] a intersecção é de geometria variável, podendo incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião etc. (Hirata, 2014, p. 66)

Tratando-se da sexualidade como categoria, por exemplo, a pesquisa *Demitindo Preconceitos 2022*¹⁴, da Consultoria Santo Caos, informa que, no mercado de trabalho, pessoas LGBTI+ sofrem 10% mais de assédio ou discriminação no dia a dia. Nesse grupo, mulheres lésbicas e bissexuais representam as maiores taxas, com 33%.

Além disso, de acordo com o relatório “Violências contra mulheres lésbicas”¹⁵, produzido pelas pesquisadoras Camila Rocha e Kamilla Dantas Matias e publicado em 2024 pelo Instituto Pólis, os registros de violência contra mulheres lésbicas cresceram 50% entre os anos de 2015 e 2022. Quando se trata de violência sexual, os casos de estupro também são os mais altos, com 74,5%. O estudo indica ainda que, das vítimas de agressões, a maior parte é

¹³ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2024_4tri.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

¹⁴ Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F603720%2F1682877393Demitindo_Preconceitos_2.0.pdf?utm_campaign=e-book_demitindo_preconceitos_20_email_1&utm_medium=email&utm_source=RD+Statio. Acesso em: 13 maio 2025.

¹⁵ Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2024/05/violencia-contra-mulheres-lesbicas-2024.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

negra e jovem, e a violência ocorre principalmente em casa, seguida de espaços públicos, como ruas e bares.

Observa-se, assim, que a interseccionalidade é projetada muito além de categorias limitadas à gênero, raça e classe. Diversos marcadores sociais como idade, sexualidade, religião, naturalidade ou qualquer outro elemento que fuja dos padrões impostos socialmente – até mesmo corporal – atuam de maneira combinada e relacional.

A análise interseccional não apenas amplia o entendimento sobre as diferentes formas de violência e exclusão, como também evidencia os privilégios que se mantêm por meio da invisibilização dessas diferenças. Tratar os estudos de gênero sob essa perspectiva é reconhecer que não existe uma experiência feminina única e universal, mas sim múltiplas experiências atravessadas por desigualdades históricas e contemporâneas.

2.5 Podcast

O jornalismo radiofônico, segundo Meditsch (1997) foi precursor na democratização da comunicação às classes mais vulneráveis no século XX, permitindo que, por meio da oralidade, analfabetos pudessem ter acesso às informações. O rádio, que inicialmente associava-se apenas às pessoas desprovidas de instrução primária, em 1997, de acordo com o autor, já era preferência entre os setores mais letrados da sociedade.

Ao longo dos anos, passado por diversas modificações, o radiojornalismo hoje conta com formatos distintos, com uma variedade de temas capaz de chegar a todos e agradar as mais diferentes camadas sociais. Do radiojornal clássico à novidade do *podcast*, o jornalismo de áudio se consolidou como meio de comunicação e permanece com destaque devido à oralidade.

De acordo com Falcão e Temer (2019), o *podcast*, definido inicialmente como “*ipodder*” pelo seu criador Adam Curry, foi uma mídia pensada para facilitar a vida dos ouvintes que consumiam conteúdos em áudio. As autoras explicam que “embora já fosse comum ouvir e baixar arquivos de áudio na internet, quando surgiu o *podcast*, em 2004, ainda era preciso acessar blogs e endereços específicos para ter acesso a esse conteúdo, procurando manualmente por atualizações”. Assim, as plataformas de *podcast* surgem como ferramentas para que o usuário pudesse ter acesso direto e simplificado ao formato sonoro, semelhante aos dias atuais.

Apesar do rádio e do *podcast* compartilharem o som como meio de transmissão da mensagem, eles aproximam-se e distanciam-se em outros contextos. Fatores como a necessidade de um aparelho radiofônico, bem como a restrição local e temporal atribuídos ao rádio por Falcão e Temer (2019) já deixaram de limitar o acesso ao meio com a difusão das rádios *online*, assim o usuário com conexão à internet consegue consumir ambos os formatos. No que tange às diferenças, existe a variação no processo de produção de conteúdos, que no rádio ocorre ao vivo enquanto no *podcast* é gravado e editado. Ainda, a produção e consumo sob demanda somados a independência de uma programação linear permitem que os *podcasts* apresentem conteúdos atemporais e de duração variada, e, oposto ao rádio que visa uma transmissão em massa, o formato atinge diferentes nichos e interesses.

Se a principal vantagem do rádio, conforme Meditsch (2001), é o fato de que ele não exige atenção total e possibilita que o ouvinte realize outras tarefas enquanto ouve notícias, o *podcast* potencializa essa vantagem ao permitir que o ouvinte não apenas consuma a programação geral, mas escolha o que quer ouvir, na hora que quiser, otimizando o tempo à sua necessidade do momento. (Falcão; Temer, 2019, p. 3)

Outra característica atribuída a esse formato de áudio é a imersão. A capacidade imersiva, segundo Viana (2020), está presente também no impresso e no audiovisual, mas destaca-se nos *podcasts* narrativos considerando principalmente a contação de histórias com o foco no personagem e na aproximação do ouvinte, composição natural do rádio e do som. Aliada à narrativa, a imersão do formato também pode ser atrelada ao ato de ouvir. Meditsch e Betti (2019 *apud* Silva, 2021) defendem que a audição ainda é capaz de fomentar a sensibilidade e envolver emocionalmente o ouvinte.

Assim, tratando-se de *podcasts* em contexto jornalístico, existem estratégias imersivas que, de acordo com Triviños (1987 *apud* Viana, 2020), fundamentam uma estrutura narrativa. A humanização do relato, assim como:

- a apresentação do jornalista em primeira pessoa direcionada ao ouvinte;
- a condução emocional, executada por meio da combinação da narrativa ao silêncio, música e efeitos de áudio;
- o uso de sonoras;
- a descrição de cenas;
- a ambientação local e
- a autorrepresentação do processo de produção do *podcast*.

Estão entre os principais métodos que intensificam a experiência imersiva e, consequentemente, a identificação do ouvinte.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto experimental surgiu, inicialmente, do interesse de abordar algo naturalizado, que fosse amplamente usado e, geralmente, passasse despercebido. Foi na convivência com os meus avós – pessoas idosas, de outra geração e grandes disseminadores de superstições e ditados populares – que nasceu a ideia de analisar o preconceito mascarado naquilo que é compartilhado por meio da linguagem.

Nesse contexto, o *podcast* “Ponto sem nó” foi desenvolvido com o intuito de apontar expressões populares, seja qual for a classificação dos fraseologismos, e desatar a naturalização do machismo presente nesses discursos muitas vezes passados de geração a geração. Isso foi feito a partir da contextualização histórica e social de cada um dos enfoques apresentados combinada aos relatos de mulheres que enfrentam a consolidação dos estereótipos de gênero.

Além disso, a revisão teórica contribuiu para a compreensão não só dos fatores que determinaram as interações, mas dos impactos concretos gerados por eles, apresentados a partir de dados. Ainda, as pesquisas auxiliaram na construção do roteiro de maneira embasada e argumentativa, demonstrando a dimensão dos ideais machistas muito além das expressões populares. O produto ilustra que, apesar do preconceito ser disseminado principalmente por meio da linguagem, a perpetuação dos discursos ultrapassa as ferramentas linguísticas e são refletidas como desafios em cada passo social dado pela mulher – do nascimento à velhice.

Tratando-se do preconceito de gênero, a interseccionalidade também se mostrou outro ponto importante. Durante as entrevistas, as condições interseccionais tornaram-se ainda mais gritantes e pude perceber que, apesar do fato de ser mulher conectar as personagens, elas não estavam resumidas a isso. Mesmo com a abordagem do preconceito ocorrendo principalmente em função do machismo, características ligadas à aparência e condição física, raça, idade e sexualidade conseqüentemente eram abordadas e individualizavam cada fonte.

O desenvolvimento do *podcast* me permitiu compreender a complexidade da interseccionalidade ao entrevistar, por exemplo, Victória e Maíra: duas mulheres lésbicas, inseridas em contextos majoritariamente masculinos e com visões completamente distintas. Não é possível, simplesmente, categorizar os indivíduos a partir de um ou dois fatores. Por trás de cada um, existe uma realidade intrínseca que engloba desde classe social à rede de

apoio. Nem tudo é “preto no branco”, como imaginamos, e da mesma forma que é importante dar visibilidade aos preconceitos, é preciso reconhecer os privilégios.

De todo modo, acredito que “Ponto sem nó” tenha sido uma produção necessária e desenvolvida no formato adequado, mantendo a tradição oral tão associada às expressões populares somada às vantagens do formato *podcast*. Apesar da consolidação histórica atribuída às fraseologias, é importante pensar na linguagem não só como forma de expressão, mas como ferramenta de construção da realidade. Por mais cristalizado que certos ideais pareçam, é indispensável se atentar, questionar e quebrar o ciclo de disseminação. É compreender que a naturalização de discursos preconceituosos vai muito além das piadinhas. Ela inferioriza, objetifica e impõe limites à mulher. Ela mata.

4.REFERÊNCIAS

AMARAL, Jéssica Braz; OLIVEIRA, Cristina Maria. O Discurso Proverbial e o preconceito contra a Mulher. **EnsiQlopédia**: Revista Científica do Curso de Letras da Faculdade Cenequista de Osório, Osório, v. 14, n. 1, p. 107-122, out. 2017. Disponível em: <http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/ensiq/article/view/198>. Acesso em: 16 maio 2024.

BARQUÍN, Carolina Serrano; BARQUÍN, Héctor Serrano; DELGADO, Patricia Zarza; BAUTISTA, Graciela Vélez. *Estereotipos de género que fomentan violencia simbólica: desnudez y cabellera*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 32, n. 2, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zqHjtzTVCGSpMYqHmhmw84m/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 13 maio 2025.

CARNEIRO, Amanda dos Santos. **Descrição e classificação das expressões cristalizadas com ser e estar do português do Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8015/DissASC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 maio 2024.

CASANOVA, Carlos Francisco de Freitas. **Provérbios e frases proverbiais do século XVI**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.

CRUZ, Thyago José da. **Os provérbios, a categoria mulher e o protótipo: um estudo sobre fraseologia, categorização e imagem cognitiva**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/1833/1/THYAGO%20JOS%c3%89%20DA%20CRUZ.pdf>. Acesso em 16 maio 2024.

CUNHA, Adan Phelipe. Contrastando Sapir (d)e Whorf na “Hipótese Sapir-Whorf”. **Seta**, Campinas, v.5, p.3-17, 2011. Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/view/1279>. Acesso em: 14 maio 2025.

FALCÃO, Bárbara Mendes; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. O *podcast* como gênero jornalístico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém, PA. **Anais [...]**. Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1367-1.pdf>. Acesso em: 16 maio 2024.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2025.

HOMEM, Maria; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. 1.ed. Campinas, SP: Papyrus 7 mares, 2019.

KYRILLOS, Gabriela M. Interseccionalidade: proposta de um mapa teórico provisório. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 32, n. 2, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/XYrfcqZBsxHKDk4Op5M3p9B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2025.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 maio 2025.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LEMOS, Cláudia T. G.. Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem. **Letras de Hoje: Revista Trimestral de Pós-Graduação em Linguística e Letras - PUCRS**, Centro de Estudos da Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 30, nº 4, p. 9-28, dez. 1995. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/15682/10323>. Acesso em 19 jun. 2024.

MARTINS, Ana Maria. Variação e mudança no português. **A Língua Portuguesa: Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais-2002**, p. 29-44, 2003. Disponível em:

https://www.clul.ulisboa.pt/files/ana_maria_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf. Acesso em: 05 maio 2025.

MEDITSCH, Eduardo. A nova era do rádio: o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 20., Santos, SP. **Anais [...]**. 1997. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/0a925f2d452bf76772026802390d5ff6.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

MONTEIRO, Juan. Macho escroto: os deslocamentos de sentidos em discursos machistas no espaço-tempo. **Revista Humanidades e Inovação**, Edição especial: Derechos Humanos, Democracia y Autoritarismo en Iberoamérica, Palmas, v. 10, n. 8, p. 391-404, abr. 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8437>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SAMPAIO, Rebecca Demicheli. Linguagem, cognição e cultura: a hipótese de sapir-whorf. **Cadernos do IL**, [S. l.], n. 56, p. 229–240, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/83356>. Acesso em: 8 maio 2025.

SILVA, Francisca Andréa Ribeiro. Provérbios: fraseologias sob a ótica de gênero. **Grau Zero: Revista de Crítica Cultural**, Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, Bahia, v. 4, n. 2, p. 151-165, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/3345/2213>. Acesso em: 16 maio 2024.

SILVA, Juliana do Vale. **Linguagem Radiofônica e Estratégias de Imersividade em Narrativas Sonoras: Uma análise do Podcast “Archive 81”**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social com Habilitação em Audiovisual) - Departamento de Audiovisuais e Publicidade, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/28085/1/2021_JulianaDoValeSilva_tcc.pdf. Acesso em 17 maio 2024.

URBANO, Hudinilson. Da fala para a escrita: o caso de provérbios e expressões populares. **Revista Investigações**, v. 21, n. 2, p. 31-56, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/download/1417/1096>. Acesso em 5 maio 2025.

VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmiento. Padrões de uso de provérbios na sociedade brasileira. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, Brasília, v. 4, p. 122-170, 2000. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/6493/5585>. Acesso em 17 jun. 2024.

VIANA, Luana. O áudio pensado para um jornalismo imersivo em *podcasts* narrativos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020. **Anais [...]**. Juiz de Fora, MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0429-1.pdf>. Acesso em 17 maio 2024.

VILLAS, Alberto. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Morta**: Palavras que sumiram do mapa. 1ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2012.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A História do desenvolvimento das funções mentais superiores** [1931]. 1.ed. São Paulo: Editora WMF, 2021.

XATARA, Claudia Maria; SUCCI, Thais Marini. Revisitando o conceito de provérbio. **Veredas - Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p.33-48, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25193>. Acesso em: 17 maio 2024.

APÊNDICES

5.1. Roteiro de perguntas para as entrevistas

Fabiana Poças Biondo

1. O que significa uma “língua viva”? Como ela se forma e quais são os principais fatores que influenciam sua evolução ao longo do tempo?
2. Existem mecanismos específicos que fazem com que palavras e expressões caiam em desuso enquanto outras se consolidam no vocabulário cotidiano?
3. Quando se trata de expressões populares, ocorre algum processo de mudança de estrutura ou significado ao longo do tempo?
4. De que maneira a linguagem pode impactar a cultura de uma população e vice-versa? Como ela pode ser usada como ferramenta de exclusão social?
5. Por que algumas expressões preconceituosas continuam sendo amplamente usadas, mesmo com as mudanças na percepção sobre igualdade de gênero?
6. Até que ponto expressões populares influenciam comportamentos e reforçam normas sociais, além de refletirem a sociedade?

Thyago Jose da Cruz

1. Onde os provérbios se encaixam dentro do universo das expressões populares? Você pode explicar um pouco mais pra quem está ouvindo o que são exatamente esses provérbios?
2. Na sua tese, você mostra que o uso de provérbios vai muito além do Brasil. O que faz com que o tema “mulher” apareça com tanta frequência nessas construções? Existem fatores históricos ou culturais que influenciam isso?
3. Quais são os principais assuntos presentes em provérbios que envolvem a mulher? O que corrobora para tornar esses temas tão recorrentes?
4. Como os provérbios conseguem refletir as crenças e valores de uma sociedade? E de que forma eles acabam reforçando estereótipos de gênero no nosso dia a dia?
5. Como o uso de provérbios na literatura, na mídia e na publicidade influencia a forma como as mulheres são representadas?
6. Existe alguma forma que a sociedade possa lidar com provérbios que reforcem ideias ultrapassadas sem perder a riqueza cultural da linguagem proverbial?

Dilza Porto Gonçalves

1. Como a posição da mulher na sociedade se transformou ao longo das décadas? Quais foram os principais marcos históricos que impulsionaram essas mudanças?
2. De onde pode ter surgido a associação da mulher ao “sexo frágil”? Como isso pode se relacionar à ideia de inferioridade e incapacidade da mulher perante ao homem, ainda muito disseminada atualmente?
3. Como a família pode contribuir na reprodução de preconceitos? De que forma o machismo, por exemplo, pode começar em casa e se perpetuar ao longo da vida?
4. Por que ainda se impõe à mulher a ideia de que precisa “se dar ao respeito” ou “se preservar”? Quais são as raízes históricas e sociais desse estigma?
5. De que maneira os desafios se diferenciam devido a cor ou raça nas vivências das mulheres ao longo da história, principalmente no Brasil?

Nélida Dias e Romilda Pizani

1. Você já ouviu alguma expressão ou passou por uma situação que de certa forma te marcou?
2. Alguma vez você já se sentiu pressionada a se comportar de uma determinada forma por causa de falas naturalizadas em sua família, como se precisasse “se dar ao respeito”?
3. Já houve alguma situação em que você se sentiu inferiorizada por causa do gênero?
4. Você acha que a convivência com expressões como essa pode ter influenciado sua educação e a visão sobre o que significa "ser mulher"?
5. Como você lida atualmente com expressões machistas no seu convívio social? o que contribuiu para que sua visão mudasse da infância para cá?

Romilda Pizani

1. Você como mulher negra acredita que a interseccionalidade gerou impactos ao longo da sua vida? Já reconheceu situações em que o racismo se vinculou ao machismo como forma de insulto e preconceito?
2. Como você enxerga a relação entre machismo e silenciamento das mulheres negras?
3. Como é para você ocupar espaços onde pessoas negras – especialmente mulheres negras – são minoria?

Clarissa Carlotto Torres

1. Existe uma relação direta entre a objetificação da mulher e a violência de gênero? De que maneira esses dois fatores se articulam no contexto social?
2. Quais são as principais formas de violência praticadas contra mulheres e quais os sinais ou indicadores que possibilitam reconhecê-las no cotidiano?
3. Quais fatores sociais e culturais contribuem para a manutenção e perpetuação do ciclo de violência contra mulheres?
4. Quando se afirma que determinadas palavras “não parecem violentas, mas são”, o que exatamente se quer dizer? Como essa percepção se relaciona com o conceito de violência simbólica ou velada?
5. Como a normalização de falas machistas pode estar relacionada aos índices de violência de gênero e como isso impacta os comportamentos sociais?
6. Em sua experiência, qual é o papel da educação e da conscientização social na prevenção da violência de gênero? Como essas ações podem ser integradas ao trabalho das instituições de segurança pública?

Edilene Nunes Cabral e Terezinha de Jesus

1. Você já sentiu alguma pressão estética ligada à aparência física ao longo da vida, como se devessem seguir um padrão, por exemplo?
2. Já houve alguma situação em que você tenha se sentido objetificada, seja em caso de assédio ou violência? Como percebeu e reagiu ao ocorrido?
3. Em algum momento você já sentiu medo por ser mulher?
4. De alguma forma, as falas machistas já impactaram no seu comportamento ou vestimenta em prol de uma “segurança”?
5. O que precisa mudar na forma como as mulheres são vistas e faladas para que a objetificação e a violência de gênero deixe de ser normalizada?

Terezinha de Jesus

1. Como tem sido sua trajetória como mulher, idosa e cadeirante?
2. Existem expressões ou situações que você lida com frequência e te incomodam por carregarem preconceito — seja contra a idade, deficiência ou por ser mulher?

3. Você sente que sua voz é ouvida? que lugar a sociedade oferece para mulheres como você?

Zaira de Andrade Lopes

1. Quais contextos históricos e sociais moldaram as formas de interação de gênero que geralmente associam a mulher ao cuidado do lar e o homem como provedor? O que contribuiu para esta organização ao longo do tempo?
2. De que forma tal dinâmica pode impactar no comportamento imposto aos indivíduos?
3. Quais as principais revoluções que ocorreram na história e que impactos geraram às mulheres, principalmente em contextos profissionais e acadêmicos?
4. Por que a ideia de que a mulher deve se encaixar em determinados padrões de comportamento ainda persiste em muitas culturas?
5. Por que, apesar de já não estarem mais limitadas ao lar, as mulheres permanecem as principais responsáveis por cuidá-lo?
6. De alguma forma essa jornada dupla afeta a ascensão de mulheres no mercado de trabalho, como em cargos de liderança, por exemplo? Quais são os principais desafios enfrentados?
7. Quais são os impactos psicológicos da cobrança excessiva do que é esperado do gênero feminino, seja no âmbito pessoal ou profissional?

Victória Costacurta e Maíra Machado

1. Você lembra de algum momento em que ouviu algo que limitou quem você poderia ser ou o que poderia fazer devido ao gênero? Como isso te afetou?
2. Você sente que precisou abrir mão de comportamentos ou da própria personalidade para se encaixar no que esperavam de um padrão de gênero?
3. Você já se sentiu desencorajada a seguir um caminho profissional ou a praticar uma atividade porque “era coisa de homem”?
4. Você acredita que ainda existe uma cobrança para que sejam multitarefas perfeitas em todas as áreas da sua vida? Como isso afeta seu dia a dia?
5. Tendo lidado com imposições não só de comportamento, mas também de lugares que deveriam ou não ser ocupados, como e por que você acha que o preconceito de gênero deve ser combatido?

Maira Machado

1. De alguma forma, você já se sentiu discriminada no meio acadêmico ou no mercado de trabalho?
2. No dia a dia, além do preconceito de gênero, você lida também com a homofobia? Já ouviu alguma expressão que carregasse um teor preconceituoso nesse sentido?
3. As imposições e falas homofóbicas já afetaram sua autoestima e o modo como você se posiciona em espaços públicos ou profissionais?
4. Quais atitudes contribuíram para que não só você, mas outras mulheres lésbicas pudessem ocupar espaços sendo quem são?

5.2. Roteiro dos episódios

https://docs.google.com/document/d/1_LyPDZ5VRIGvKO2tYK1ol5VH9dYdMDXgzayOFmewsr0/edit?usp=sharing

5.3. Identidade visual